



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 2

Mulheres e Agroecologia



A luta política das mulheres rurais: conflitos e resistências pela democracia e pela agroecologia feminista no Brasil.

The political struggle of rural women: conflicts and resistance for democracy and feminist agroecology in Brazil.

JALIL, Laeticia¹.MOREIRA, Sarah Luiza²

¹Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE/RECIFE), laeticiajalil@gmail.com;

²Universidade de Brasília, Campus Planaltina, sarahluiza1882.2@gmail.com.

Tema Gerador: Mulheres e Agroecologia

Resumo

No ano de 2016, o Brasil enfrentou um golpe de Estado, derrubando a Presidenta Dilma Roussef, democraticamente eleita, e, assim, desmantelando um conjunto de programas e políticas públicas, e extinguindo importantes ministérios e secretarias, como o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a Diretoria de Política para as Mulheres Rurais e Quilombolas (DPMRQ). Nesse processo, as mulheres rurais demonstraram forte capacidade de resistência, articulação e reação expressa em cartas, manifestos, notas de repúdio, marchas e atos públicos, se constituindo como uma voz questionadora frente ao golpe e adiando o desmantelamento de instâncias e políticas. A partir da análise de alguns destes documentos, percebe-se a capacidade de articulação em rede e de reação conjunta e orquestrada, como parte do acúmulo dos aprendizados da participação nos espaços públicos, mas, sobretudo, das práticas feministas de resistência e solidariedade, na construção das mulheres rurais como sujeito político.

Palavras-chave: Ação política; Feminismo, Agroecologia.

Abstract

In the year 2016, Brazil faced a coup d'état, overthrowing democratically elected President Dilma Roussef, and thus dismantling a number of public policies and programs, and extinguishing important ministries and secretariats such as the Ministry of Agrarian Development) And the Policy Directorate for Rural and Quilombola Women (DPMRQ). In this process, rural women demonstrated a strong capacity for resistance, articulation and reaction expressed in letters, manifests, notes of repudiation, marches and public acts, becoming a questioning voice in the face of the coup and postponing the dismantling of instances and policies. Based on the analysis of some of these documents, it is possible to see the capacity for network articulation and joint and orchestrated reaction, as part of the accumulation of learning from participation in public spaces, but above all feminist practices of resistance and solidarity, in Rural women as a political subject.

Keywords: Political action; Feminism, Agroecology.

Introdução

No ano de 2016 o Brasil enfrentou um golpe midiático, parlamentar e jurídico de Estado, derrubando a Presidenta Dilma Roussef, democraticamente eleita, e assim, desmantelando um conjunto de programas e políticas públicas, a exemplo do PAA e do PNAE, e extinguindo ministérios e secretarias, como o Ministério de Desenvolvimento



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 2

Mulheres e Agroecologia



Agrário - MDA e a sua Diretoria de Política para as Mulheres Rurais e Quilombolas – DPMRQ. Essa última, um importante espaço conquistado para garantia do diálogo entre a sociedade civil organizada e o Estado para as demandas das mulheres rurais. Reformas e Emendas Constitucionais em pauta têm sido impostas, subtraindo direitos conquistados pela classe trabalhadora, com ameaças como a PEC 55 (241), que congela por 20 anos os investimentos sociais, e a Reforma da Previdência, que vão impactar negativamente a vida das mulheres rurais.

Em que pese esse cenário de substantivos desafios e retrocessos, as mulheres rurais organizadas em movimentos sociais, redes e articulações fizeram atos que simbolizam resistência e luta o que trouxe efeitos positivos no sentido de adiar o desmonte de políticas e órgãos federais, a exemplo da DPMRQ, que foi um dos últimos equipamentos a ser extinto. Acredita-se que este fato se deu pela capacidade de resistência, articulação e reação do movimento de mulheres rurais, que, através de cartas, manifestos, notas de repúdio, marchas e atos públicos, se constituiu como uma voz dissonante e questionadora frente ao golpe, adiando o desmantelamento de tais instâncias e políticas.

Este processo põe luz à algumas questões importantes como a capacidade que as mulheres rurais passaram a adquirir no processo de democratização da sociedade brasileira desde 1988, bem como expressa uma mudança de repertório de ação política incorporando *novas questões* ao discurso político ou fazendo ressurgir antigas (como a luta pela reforma agrária e direitos trabalhistas) e outras formas de luta e ações coletivas. Para Tilly e Tarroy (2006), o conceito diz respeito ao conjunto de ferramentas e ações de protesto inter-relacionadas disponíveis para um movimento social num determinado marco temporal. Tilly enfatiza a necessidade de identificar os contextos específicos vivenciados pelos participantes nos movimentos sociais e as mudanças necessárias para que as questões apresentadas mantenham-se atuais (mudanças na forma de ação, no conteúdo político, nas estratégias e articulações). (TILLY e TARROY, 2006 *apud* SCOTT, 2007).

Neste processo de acúmulos e aprendizados, os Movimentos Sociais desenvolvem estratégias de ação na esfera pública que questionam o *status quo*, com um caráter desformalizador e desregulamentador (desformalizador – mudança na forma de representação; desregulamentador – mudança nas regras de representação), o qual, segundo Oliveira (2001, p. 19), os movimentos sociais de luta contra-hegemônica devem adotar como estratégia para a construção de um novo projeto de sociedade, anticapitalista e antipatriarcal. Para Santos (2002, p. 53), os movimentos sociais estariam inseridos em movimentos pela ampliação do político, as transformação de práticas dominantes, o alargamento da cidadania e a inserção na política de atores sociais excluídos. Des-



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 2

Mulheres e Agroecologia



ta forma, como estratégia de ação política, buscam se articular com outros sujeitos, com o objetivo de construir e ou provocar uma nova ordenação social, questionando os espaços públicos e a política em sua forma tradicional, elitista e excludente. Para Dagnino (2002), essa articulação é necessária para ampliar os espaços públicos de participação política, bem como para a criação de um novo projeto político participativo e democrático. Este projeto deve ser resultado do desenvolvimento da capacidade de ação propositiva e crítica dos movimentos sociais e outros atores políticos e, diferentemente da simples reivindicação, requer o reconhecimento da totalidade de interesses envolvidos e a visão da sociedade no seu conjunto, e, portanto, a superação de uma cultura particularista ou corporativista.

Metodologia

Destaca-se que as autoras são feministas e acadêmicas, de forma que participamos diretamente em vários destes processos, tanto na elaboração de alguns documentos, quanto na participação em atos públicos e políticos. Durante o processo de golpe diversas cartas e moções de repúdio foram elaboradas com assinaturas de movimentos mistos e redes. Neste trabalho nos propomos, a partir do levantamento dos documentos elaborados exclusivamente pelo movimento de mulheres rurais, e perceber quais os pontos em comum dos documentos, buscando olhar a partir das demandas específicas desde o feminismo e agroecologia. Para tal, fizemos a análise documental de 6 cartas, sendo elas: 1) Carta “Margaridas seguem em Marcha em defesa da democracia e na luta contra o retrocesso de direitos” – Brasília, 8 de março de 2016; 2) Carta das Mulheres do Seminário de Políticas Públicas para as Mulheres Rurais - Brasília, 10 e 11 de março de 2016; 3) Carta política dos 30 anos do MMTR-NE - Caruaru- PE, 12 de agosto de 2016; 4) Carta das Mulheres à CNAPO - Brasília, 22 de novembro de 2016; 5) Carta Política da 6ª Plenária de Mulheres Trabalhadoras Rurais - Brasília, 11 de novembro de 2016; 6) Carta das Mulheres do Campo, das Florestas e das Águas ao Ministro do Desenvolvimento Agrário – Recife, 24 e 25 de março de 2016.

Resultados e discussão

A organização e luta das mulheres rurais, expressa nas cartas, mostra como suas reivindicações e demandas dialoga diretamente com a conjuntura política, econômica e social nacional. Em alguns momentos também consideram o contexto internacional, parecendo haver a percepção de que o contexto nacional está relacionado com a economia capitalista global e como há um processo de articulação internacional que incide sobre o país. Todos os documentos colocam a centralidade dos debates na defesa da



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 2

Mulheres e Agroecologia



democracia e suas diferentes instâncias como contra a perda de direitos sociais historicamente conquistados. Há uma nítida percepção de que o processo de destituição da primeira presidenta eleita do Brasil foi um golpe midiático, parlamentar e judiciário, com forte teor misógino e elitista.

Em todas as cartas está explicitada, uma grande preocupação com o processo de desmonte das estruturas do governo federal que vinham executando políticas públicas para o meio rural brasileiro no fortalecimento da agricultura familiar e camponesa. Inicialmente a maior preocupação foi o destino do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, posteriormente extinto e transformado em Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário - SEAD, vinculada à Casa Civil. No mesmo passo, vinham as preocupações com as instâncias governamentais que executavam políticas públicas para as mulheres rurais, qual seja, a Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais e Quilombolas - DPMRQ. Outra instância muito citada é a Secretaria de Política para as Mulheres - SPM que nesse processo deixa de ter *status* de Ministério e volta a fazer parte do Ministério da Justiça, o que foi colocado pelas cartas como um rebaixamento da pauta e da luta por políticas públicas para as mulheres, fortemente sentida no citado esfacelamento das políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres.

Esse processo de desmonte gera, segundo os documentos, o enfraquecimento e o esvaziamento dos recursos para a continuidade das políticas públicas para a agricultura familiar e as mulheres rurais. Algumas das políticas são citadas com maior frequência, como é o caso do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA; o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE; a ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural, em especial a Ater específica para Mulheres.

Ao mesmo tempo em que as mulheres trabalhadoras rurais se posicionam contra o que chamam de golpe de estado ao executivo, mostram grande preocupação com os projetos de leis e medidas provisórias apresentadas, debatidas e aprovadas pelo Congresso Nacional, tanto na Câmara dos/as Deputados/as quanto no Senado Federal. Em suas análises, veem uma série de ameaças a direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora e pelas mulheres, que segundo elas expressam o fortalecimento das concepções de direita e conservadoras dos/as representantes eleitos/as. Citam como exemplo: o Projeto de Lei/PL 55 (241), que estabelece o congelamento por 20 anos dos investimentos sociais; Projeto de Emenda Constitucional/PEC 215, que transfere para o Legislativo a decisão sobre as demarcações de terras dos povos indígenas; a Medida Provisória/MP 696/15, que removeu das atribuições da SPM a “incorporação da perspectiva de gênero”; além da retirada do termo “identidade de gênero”



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 2

Mulheres e Agroecologia



do PNE – Plano Nacional de Educação, também excluído dos Planos de Educação de vários estados; tentativa de liberalização da compra de terras por estrangeiros, entre outros.

As cartas das mulheres rurais, divulgadas em 2016, mostram como a pauta das mulheres não se restringe a questões consideradas historicamente como “coisa de mulher”, como os temas da saúde e da violência. Suas demandas são tanto para a melhoria de vida das mulheres quanto para toda a população, especialmente a rural.

As mulheres seguem, ainda, buscando reivindicações mais amplas, de mudança da estrutura social e política do Brasil e do mundo, questionando o capitalismo, o patriarcado e a divisão sexual do trabalho, o racismo, a LGBTTFobia, o que mostra que suas pautas não são apenas culturais, mas que ainda têm questões econômicas e de classe na centralidade das lutas e reivindicações, como lembra Leonilde Medeiros (2012).

Retomam e reforçam lutas por direitos estruturantes como de acesso à terra, e pela Reforma Agrária; acesso à água, ao território, aos bens comuns e naturais, mas com cuidado e reciprocidade com a natureza. Mantêm ainda em suas pautas a luta por educação do campo e no campo e por atenção integral à saúde das mulheres.

Quanto às questões relativas à produção e à reprodução no campo (para algumas também nas florestas e nas águas), pautam a necessidade de fortalecer a Agroecologia como estilo de vida e produção que tem sido construída com grande contribuição das mulheres como caminho para a produção de alimentos saudáveis e a garantia da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, como mostrou também o estudo de Emma Siliprandi (2009). Nesse sentido as políticas contra o uso dos agrotóxicos e dos transgênicos são centrais nas discussões.

Reforçam a necessidade de reconhecer o trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres, valorizando sua contribuição para a produção agroecológica, não apenas a comercializada, mas também aquela para o autoconsumo. E reivindicam a necessidade do compartilhamento dos trabalhos domésticos e de cuidados pelos membros da família, pela comunidade e pelo Estado, trazendo os debates sobre a economia feminista e solidária para o centro dos debates, assim como debate Cristina Carrasco (1998).

Conclusão

A partir da análise documental, percebe-se a capacidade de articulação em rede e de reação conjunta e orquestrada, como parte do acúmulo dos aprendizados da participação nos espaços públicos, mas, sobretudo, das práticas feministas de resistência e solidariedade, na construção das mulheres rurais como sujeito político. Vimos ainda,



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 2

Mulheres e Agroecologia



junto à luta feminista pela democracia, a firme defesa da agroecologia como estilo de vida e produção que deve orientar o modelo de desenvolvimento para a Soberania e Segurança Alimentar, reforçando o lema “Sem feminismo não há agroecologia”.

Referências

CARRASCO, Cristina. **Mujeres e economia: nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas**. Barcelona: Icaria, 1998.

DAGNINO, E. Sociedade Civil, espaços públicos e construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: DAGNINO, E.(org). **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p.285-302.

MEDEIROS, Leonilde. Os movimentos sociais como campo de pesquisa nas ciências sociais. **Revista Mundos do Trabalho**, vol.4, jan-jun 2012, p. 7-31.

OLIVEIRA, F.de. **Aproximações ao Enigma: que quer dizer desenvolvimento local?**. São Paulo: Instituto Polis, março 2001, 29p.

SANTOS, Boaventura. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SCOTT, Jhon (editor). **Fifty Key Sociologists: The Contemporary Theorists**. New York: Routledge, 2007.

SILIPRANDI, E. C. Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. **Revista Brasileira De Agroecologia**, 2009.